REMODELAGEM NO SEGURO RURAL

DA REDAÇÃO

Com o aumento dos sinistros e das indenizações nas últimas safras extrapolando as previsões da STN, o Governo montou uma força-tarefa para reformular a política nacional de seguro rural. Assim, para o Plano Safra 2024/2025, propôs-se transferir uma parte do orçamento do Proagro para o PSR. De um lado, verificou-se uma redução expressiva das áreas cobertas pelo PSR entre 2020 e 2023, mesmo com temporadas de adversidades climáticas radicais. Do outro lado, ao investigar os aumentos nas operações do Proagro, deparou-se com regras obsoletas e jogos de interesse. Agora, há a demanda de ajustes para que os recursos sejam utilizados com a eficiência necessária.

A POLÍTICA de seguro rural dos países desenvolvidos oferece estabilidade de renda para as atividades agropecuárias por meio de medidas adotadas com o apoio do Estado. O governo brasileiro busca seguir um caminho similar. Um cenário para a remodelagem está sendo traçado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), pelo Ministério da Economia (ME), pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e pelo Congresso Nacional (CN).

A frequência e a intensidade do impacto das mudanças climáticas sobre a agricultura colocam a política de seguro rural em posição de prioridade. Para fazer uso mais eficiente dos recursos públicos, analisa-se estimular o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), em vez de continuar focando o estímulo no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) – este último funciona como um seguro que garante o pagamento dos financiamentos para custeio agrícola em casos de quebra grave na produção. A proposta é alinhar o Proagro às normas do PSR, com subsídio do Governo para cobrir uma parte do custo das operações, enquanto o risco corre na conta das seguradoras autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

INOVAÇÕES PARA O PLANO SAFRA

Para o Plano Safra 2024/2025, a fim de reformular a distribuição dos recursos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a demanda da Casa Civil para o MAPA é apresentar uma proposta para transferir uma parte dos segurados e do orçamento do Proagro para o PSR. O orçamento estabelecido para o PSR deste ano soma apenas 10% da quantia dispendida pelo Proagro em 2023. Inovações devem vir. A realização de um estudo para a reformulação dos dois programas de seguro rural volta à tona, em decorrência do aumento dos sinistros e das indenizações nas últimas safras.

O aumento na frequência e na intensidade de eventos climáticos eleva os gastos da União. Diante do risco de haver uma oferta de recursos abaixo da demanda, os preços das apólices sofrem pressão para cima e as coberturas do seguro rural ficam mais baixas. O valor das operações varia conforme a atividade e a categoria coberta.

Entre 2018 e 2022, segundo a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), as seguradoras indenizaram os produtores com R$ 20,24 bilhões e receberam como prêmio R$ 18,87 bilhões. O índice de sinistralidade passou de 100%. Sem selar o seguro rural, os prejuízos teriam de ser arcados com novos financiamentos. Haveria um comprometimento da capacidade de crédito para o plantio da próxima safra.

Entre os itens analisados pela equipe da força-tarefa da área econômica do Governo que examina os motivos do aumento significativo nas despesas do Proagro, destacam-se:

- a aplicação do seguro paramétrico, inspirado no modelo mexicano, com base em índices para dar previsibilidade aos resultados da produção, permitindo ao produtor escolher o fator a ser segurado, como incidência solar e umidade relativa, em vez de segurar toda a lavoura;

- a criação do Fundo de Seguro Rural (FSR), bem-visto pela parte pública e pela iniciativa privada. As participações teriam aportes obrigatórios de acordo com os limites orçamentários do Governo e as participações dos prêmios arrecadados pelas seguradoras de operações.

Esses passos serão determinantes para implementar a política de seguro rural no Brasil. Com a indústria a céu aberto, cercada de fatores imprevisíveis, a agricultura está cada vez mais sujeita às mudanças climáticas que ocorrem no mundo. O benefício do seguro é a preservação do produtor na atividade agrária.

"O aumento na frequência e na intensidade de eventos climáticos eleva os gastos da União. Diante do risco de haver uma oferta de recursos abaixo da demanda, os preços das apólices sofrem pressão para cima e as coberturas do seguro rural ficam mais baixas."

MEDIDAS NO PSR

Com relação ao PSR, houve uma redução expressiva na área de lavouras cobertas pelo seguro rural, de 13,60 milhões para 6,10 milhões de hectares (-55,1%), entre 2020 e 2023.

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL DE 2020 A 2023

Em 2023, o orçamento do PSR, que era de R$ 1,06 bilhão, passou por dois cortes, ficando reduzido a R$ 933 milhões, montante este que, na prática, acabou nem sendo alcançado.

ITEM	2020	2021	2022	2023
Produtores beneficiados (milhares)	105,7	121,2	77,8	70,1
Apólices contratadas (milhares)	193,4	217,9	123,2	107,4
Área assegurada (milhões de hectares)	13,60	14,01	7,13	6,10
Valor da subvenção (R$ milhões)	951	1.181	1.109	933

Fonte: CNA

PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

Criado pela Lei nº 5.969, de 12 de dezembro de 1973, e regido pela Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, o Proagro visa atender pequenos e médios agricultores. As obrigações financeiras ficam exoneradas em casos de eventos climáticos extremos e ataques de pragas e doenças.

A área coberta pelo Proagro depara-se com um sério impasse diante das regras obrigatórias do crédito rural. Os limites de enquadramento e as indenizações das operações devem ser balanceados. O custo da STN deu um salto extraordinário entre 2021 e 2022, de R$ 1,7 bilhão para R$ 5,0 bilhões (+194%). O aumento continuou em 2023, para R$ 9,4 bilhões (+88%), com transferência de R$ 10,4 bilhões quando se consideram as quantidades arrecadadas dos produtores.

De 2022 a 2023, os valores com subsídios e subvenções passaram de R$ 16,4 bilhões para R$ 22,0 bilhões (+34,4%). O fenômeno climático La Niña alongou, em 2022, a estiagem com temperaturas elevadas na região Sul. Na safra 2023/24, o choque do El Niño, como previsto pelos meteorologistas, gerou uma seca prolongada na região Norte e chuvas copiosas na região Sul.

Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), o Proagro teve, em 2023:

- 330 mil operações seguradas;
- 75 mil sinistros comunicados;
- R$ 1,96 bilhão de prêmios arrecadados dos agricultores;
- R$ 9,4 bilhões de repasse da STN;
- R$ 10,4 bilhões de coberturas de sinistros.

Os problemas diagnosticados pela força-tarefa que investiga as despesas do Proagro apontam desacertos de regras obsoletas, jogos de interesse e adversidades climáticas. Os ajustes são necessários para os recursos serem usados com mais eficiência.

Considerando o impacto relevante e a difícil mensuração, é necessário que mudanças sejam feitas para evitar incidências recorrentes de sinistros nas áreas de produção agrícola. É preciso verificar se há necessidade de variar as culturas das regiões. Os especialistas sempre chamam a atenção para o fato de os riscos concentrarem-se em momentos cruciais do calendário agrícola, como no caso do período de plantio.

Existem justificativas das preocupações advindas dos aumentos nas operações do Proagro. Os desembolsos das indenizações ocorrem em um curto espaço de tempo. No orçamento da STN, não há previsão da verba. O diagnóstico dos técnicos detecta, também, correção nas questões operacionais com relação ao fato de os bancos avaliarem as perdas mesmo sendo eles uma parte interessada no reembolso do sinistro.

O ano de 2021 registrou um pico do PSR tanto em recursos (R$ 1,181 bilhão), como em agricultores assegurados (121,2 mil). As expectativas eram de um crescimento nas operações, mas, em 2022 e 2023, houve uma queda na área plantada que recebeu subvenção para contratação de apólices. Vieram temporadas de adversidades climáticas radicais, com uma elevada demanda por cobertura de seguro.

As treze seguradoras privadas atuantes no ramo rural traçam estimativas sobre o montante de recursos para atender a demanda originada no campo. As solicitações encaminhadas ao MAPA apontam uma suplementação de verba no valor de R$ 2 bilhões. No entanto, de forma recorrente ao longo dos anos, o retorno dos pedidos feitos tem sido negativo.

Diante dessas ocorrências, o orçamento do PSR em 2023, de R$ 1,06 bilhão, foi submetido a dois cortes, com redução para R$ 933,0 milhões, que não foram alcançados na prática. Para este ano, o valor reservado é de R$ 947,5 milhões. Essa quantia possibilita atender 69,1 mil produtores, número inferior ao dos colhidos no ano passado.

Há uma longa distância da demanda solicitada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), de R$ 3 bilhões. A possibilidade de crédito suplementar ao longo do ano existe. Para isso, necessita-se de aprovação da Junta de Execução Orçamentária (JEO), formada pelos Ministérios da Fazenda (MF) e do Planejamento e Orçamento (MPO) e pela Casa Civil. ■

Depois do pico do PSR de 2021, havia uma expectativa de crescimento das suas operações, mas 2022 e 2023 tiveram uma queda na subvenção para contratos, mesmo com a chegada de adversidades climáticas radicais e uma elevada demanda por cobertura de seguro.